



# Gasolina subirá até R\$ 0,34 e etanol, R\$ 0,02 com reoneração parcial

## Alexandre de Moraes decide soltar mais 173 presos por atos golpistas

Página 6

## Dívida Pública cai 3,07% em janeiro e fica em R\$ 5,76 trilhões

Página 3

A gasolina subirá até R\$ 0,34 nas bombas; e o etanol, R\$ 0,02 com a reoneração parcial dos combustíveis, disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Os valores consideram a redução de R\$ 0,13 para o litro da gasolina e de R\$ 0,08 para o litro do diesel anunciados mais cedo pela Petrobras.

Para manter a arrecadação de R\$ 28,88 bilhões prevista até o fim do ano caso as alíquotas dos combustíveis voltassem ao nível do ano passado, o governo elevará o Imposto de Exportação sobre petróleo cru em 9,2% por quatro meses para obter até R\$ 6,6 bilhões. Uma nova medida provisória foi editada ainda na terça-feira (28) para que os novos preços entrem em vigor a partir desta quarta (1º).

A nova medida provisória (MP) tem validade até o fim de junho. A partir de julho, informou Haddad, o futuro da desoneração dependerá do re-

sultado da votação no Congresso. Caso os parlamentares não aprovem a MP, as alíquotas voltarão aos níveis do ano passado, com reoneração total.

No ano passado, o ex-presidente Jair Bolsonaro zerou as alíquotas do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para a gasolina, o etanol, o diesel, o biodiesel, o gás natural e o gás de cozinha.

Em 1º de janeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a Medida Provisória 1.157, que previa a reoneração da gasolina e do etanol a partir de 1º de março e a dos demais combustíveis em 1º de janeiro de 2024.

Antes da desoneração, o PIS/Cofins era cobrado da seguinte forma: R\$ 0,792 por litro da gasolina A (sem mistura de etanol) e de R\$ 0,242 por litro do etanol. Página 3

## Bolsa Família terá valor extra para famílias maiores

As novas regras do programa Bolsa Família devem ser anunciadas na quinta-feira (2/03) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Além de retomar as exigências das contrapartidas, o programa deve ter um valor extra para famílias maiores.

As informações são do ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias. Segundo ele, as famílias receberão um valor mínimo de R\$ 600, o acréscimo de R\$ 150 por criança até 6 anos e mais um valor por pessoa.

Com o novo Bolsa Família, o governo deve retomar as contrapartidas das famílias beneficiárias, como a manutenção da frequência escolar das crianças e a atualização da caderneta de vacinação. Durante o governo de Jair Bolsonaro, o programa foi substituído pelo Auxílio Brasil, que não exigia as contrapartidas.

O programa também deve ter o foco na atualização do Cadastro Único e integração com o Sistema Único de Assistência Social (Suas), com a busca ativa para incluir quem está fora do programa e a revisão de benefícios com indícios de irregularidades. Segundo Dias, haverá integração com outros 32 programas de governo voltados para a qualidade de vida da população.

Os novos valores foram garantidos com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que estabeleceu que o novo governo terá R\$ 145 bilhões para além do teto de gastos, dos quais R\$ 70 bilhões serão para custear o benefício social. (Agência Brasil)

## Governo reinstala Conselho Nacional de Segurança Alimentar



Foto: Arquivo Cruz/ABR

## Carnaval de Rua movimentará R\$ 2,9 bilhões na economia da capital

Página 2

## No Senado, Kerry discute pauta ambiental e parcerias com o Brasil

Página 6

### Esporte

## Enzo Fittipaldi estreia na temporada 2023 da F2 como piloto da Academia Red Bull

A temporada 2023 da F2 começa neste final de semana no Bahrein, junto com a F1, com o grid repleto de novidades. Entre elas, a estreia de Enzo Fittipaldi como integrante da Academia Red Bull, atual campeã mundial, competindo pela tradicional equipe inglesa Carlin.

Após demonstrar desempenhos expressivos em 2022, quando esteve na maior parte do tempo brigando pelas primeiras posições mesmo em um time sem tradição, Enzo Fittipaldi busca agora ampliar ainda mais a sequência de bons resultados.

O brasileiro participou de testes com a Carlin na pós-

temporada, em Abu Dhabi, e neste mês de fevereiro, sempre com performances sólidas, entre os primeiros colocados e demonstrando um rápido entrosamento com a nova equipe.

“Começo a minha segunda temporada na Fórmula 2 bastante confiante. A Carlin fez um ótimo trabalho na pré-temporada e me deu um carro capaz de andar bem em diversos tipos de situação de treinos e corrida. Estamos nos entendendo cada vez melhor, o que é importante para trabalharmos bem durante este longo ano”, disse Enzo Fittipaldi, que tem os patrocinadores de Banco do Brasil, Eurofarma, Claro, Snapdragon, OakBerry, Baterias Moura, Stake, Furia,



Foto: Dutch Photo Agency

Enzo Fittipaldi

PLGG e Fantom.

“Com a Carlin, minha expectativa é brigar por boas coloca-

ções ao longo de todo o ano, já começando pelo Bahrein, uma pista que eu gosto muito. Me sin-

to bem preparado não só fisicamente, mas também mentalmente. Então, espero começar a temporada com os melhores resultados possíveis”, completou o membro da academia de pilotos da Red Bull e único brasileiro no grid da categoria de acesso em 2023.

A programação da Fórmula 2 no Bahrein terá início nesta sexta-feira (3) com o único treino livre do final de semana e a classificação. O sábado contará com a primeira corrida da etapa, mais curta e que paga menos pontos, enquanto a segunda prova, mais longa, está marcada para o domingo. O BandSports mostra toda a programação ao vivo.

## Pipo Derani disputa centenária 24 Horas de Le Mans no retorno da Cadillac à principal prova de endurance do mundo

A Cadillac está de volta às 24 Horas de Le Mans. A icônica montadora norte-americana anunciou na segunda-feira (27) que disputará a principal prova de endurance do mundo, em junho, com três modelos Cadillac V-Series.R na categoria Hiper carros, em busca da vitória no geral na edição que marcará o centenário da prova.

Entre os pilotos que representarão a Cadillac está o brasileiro Pipo Derani, de 29 anos, que disputará sua oitava 24 Horas de Le Mans.

Com as mudanças nos regulamentos deste ano, pela primeira vez, ele terá a oportunidade de correr a prova do FIA WEC com a mesma equipe que defende há cinco temporadas no IMSA WeatherTech Sportscar Championship, onde foi campeão em 2021: a Action Express Racing / Whelen Engineering.

Em Le Mans, Pipo vai dividir o #311 Whelen Engineering Cadillac V-Series.R com o britânico Alexander Sims e o sul-coreano Jack Aitken.

“Estou muito feliz por poder disputar as 24 Horas

de Le Mans com a equipe que eu defendo o ano todo aqui nos Estados Unidos, que é algo que eu não podia fazer nos anos anteriores pela questão do regulamento”, comentou Derani.

“Poder estar no grid este ano, com o regulamento permitindo que os carros corram ‘dos dois lados do oceano’, é muito bacana”, continuou o brasileiro, que teve sua primeira participação em Le Mans em 2015, quando ficou em quarto lugar na classe LMP2. O piloto também foi vice-campeão da prova, em

2017, na LMGTE Pro, defendendo a equipe de fábrica da Ford Chip Ganassi.

“Vai ser uma experiência nova, principalmente, porque nós nunca fizemos uma corrida no FIA WEC como equipe. Então, será um grande desafio, mas uma grande oportunidade de estar presente na edição centenária da prova”, destacou Derani, que nos dois últimos anos correu pela classe Hiper carros, a principal da disputa, e ficou em quarto lugar.

“Vamos fazer o nosso melhor para levar a Cadillac a um bom resultado neste seu retor-

no a Le Mans’, completou o brasileiro.

A montadora norte-americana disputou as 24 Horas de Le Mans pela primeira vez em 1950, mas desde 2002 não participava da corrida.

Disputada desde 1923, a prova completa 100 anos este ano e terá sua 91ª edição entre os dias 10 e 11 de junho. Apesar de anual, houve quatro corridas que foram canceladas ao longo da história: 1936 e 1968, por problemas políticos na França, e de 1940 a 1948, em virtude da Segunda Guerra Mundial.

### Previsão do Tempo

Quarta: Sol com muitas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

29° C  
19° C



Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR	
Comercial	
Compra:	5,22
Venda:	5,22
Turismo	
Compra:	5,31
Venda:	5,42
EURO	
Compra:	5,53
Venda:	5,53

# Verticalizar orla marítima pode gerar mais problemas em São Sebastião

Depois das fortes chuvas no litoral norte paulista, que provocaram a morte de pelo menos 65 pessoas, o Poder Público começou a discutir soluções para abrigar as famílias que perderam suas moradias em São Sebastião, no litoral norte, a cidade mais atingida pela tragédia.

No último fim de semana, o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou que a habitação para essas populações que vivem em áreas de risco é uma das prioridades do atual governo. “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já se comprometeu com a questão habitacional. No extra-teto, chamado waiver, o recurso que mais cresceu foi para o setor. São R\$ 10,5 bilhões. Terão prioridade aqui as regiões de risco e o litoral”, dis-

se Alckmin, após visita a São Sebastião.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, informou na semana passada, também em visita à região, que busca soluções para que novas moradias possam ser construídas na cidade, que enfrenta problemas de falta de terrenos planos e seguros. No último sábado (25), ele publicou no Diário Oficial a desapropriação de uma área particular, de mais de 10 mil metros quadrados, para a construção de moradias populares.

“Já estávamos trabalhando em um plano de habitação para todo o litoral paulista e isso envolve também a desmobilização de palafitas na Baixada Santista. Temos agora essa urgência e, com a prefeitura de São Sebastião, estamos viabilizando áreas para serem transferidas à CDHU

Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, para que a gente possa iniciar projetos habitacionais em áreas seguras, fora de áreas de risco”, disse o governador.

Outra alternativa em análise, a fim de solucionar o problema da falta de áreas planas para a construção de moradias adequadas em São Sebastião, é a verticalização urbana, ou seja, aumentar a altura dos prédios na cidade. “Se temos poucas áreas disponíveis, é preciso aproveitar ao máximo essas áreas. Estamos discutindo a flexibilização de gabarito para a construção em áreas seguras. Hoje, temos a possibilidade de construir até 9 metros de altura e queremos ver se conseguimos chegar a até 15 metros. Então, teríamos condição de, em uma mesma área, aproveitar mais o terreno”, afirmou na ocasião.

A medida, no entanto, não agrada a especialistas que foram consultados pela Agência Brasil. Para o arquiteto e urbanista Anderson Kazuo Nakano, professor do Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a verticalização em orla marítima pode gerar mais problemas para a cidade. “A verticalização em orla marítima é o padrão que temos desde a construção de Ipanema e Copacabana. E em alguns lugares, principalmente em São Sebastião, onde a faixa urbanizável é estreita e muito próxima às praias, isso pode prejudicar muito a qualidade paisagística. Uma verticalização inadequada, excessiva e descontrolada, em vez de ser solução, pode gerar mais problemas. Isso tem que ser feito com muito cuidado”, afirmou. Segundo Nakano, a medida pode sobrecarregar o espaço urbano, já que as ruas e vias em São Sebastião são muito estreitas.

A geógrafa Ana Paula Ichii

Folador alerta que outro problema da verticalização pode ser o aumento da especulação imobiliária na região litorânea. “Acredito que [a verticalização] pode ser uma alternativa para abrigar os que perderam suas moradias, acho que as pessoas terem um lugar seguro para morar é prioridade, e isso pode ser feito com planejamento para que não altere tanto a paisagem. Porém, a verdade é que essa possibilidade pode abrir brecha para a construção de prédios destinados ao turismo, o que só vai aumentar a especulação imobiliária”, disse.

Ana Paula acrescenta que a verticalização também pode agravar outras questões, como as ambientais e “de sobrecarga de resíduos e de energia, que já são um problema ali”. “Existem mansões sem saneamento básico em Maresias, por exemplo. Na passagem de ano, por exemplo, faltam água e energia elétrica. E isso aumenta a ocupação em áreas de risco, porque aumenta a demanda de trabalho”, comentou a geógrafa.

De acordo com Anderson Nakano, uma solução melhor para atender ao problema de falta de moradias adequadas em São Sebastião seria utilizar espaços que estão ociosos e até a construção de casas geminadas. “Acho que é preciso pensar em aproveitar os espaços subutilizados que estão perto da praia, às vezes dentro de condomínios fechados e que são terras ociosas. Deve-se também pensar na construção de pequenas vilas horizontais, com casas geminadas, dentro desses condomínios ou ao lado deles. Essa talvez seja uma alternativa melhor”, observou.

O mais importante, defendem os especialistas, é que essas soluções sejam amplamente discutidas com a população local. “O processo de remoção e alocação de moradores, principalmente de baixa renda, preci-

sa ser feito com muito cuidado. Isso não pode ser uma coisa autoritária e impositiva, sem conhecer as necessidades das pessoas. Às vezes, pegar uma pessoa e colocá-la a 30 quilômetros de distância do local onde mora não vai resolver nada, porque ela já tem uma vida ali”, acrescentou Nakano.

“Acabou de sair um decreto que fala sobre a desapropriação de uma área em local seguro destinada à construção de moradia pra quem perdeu tudo ali na Barra do Sahy. Essa é uma solução sim, mas ela tem que ser constantemente avaliada e trabalhada junto com outras questões. O que as fez ir para lá? O que impede que outras pessoas façam o mesmo? Fiscalizar e retirar as pessoas de lá e deixar por isso mesmo não é uma solução, é tapar o sol com a peneira. Elas irão para outra área de risco”, disse a geógrafa.

Nakano lembra que essa realocação das pessoas precisa também ser feita de forma comunitária. “Talvez seja preciso tentar fazer uma realocação em grupo, porque eles já têm uma rede comunitária e de sobrevivência. Isso tem de ser feito com cuidado e de forma muito participativa. Jogar uma pessoa muito distante do seu local de trabalho, dos parentes e dos amigos, da escola e do posto de saúde que ela costuma utilizar, acaba não sendo uma solução porque ela acaba voltando para o local de origem e isso acaba se tornando um novo ciclo”, alertou o urbanista.

## Moradias provisórias

Enquanto essas discussões avançam, o governo paulista anunciou que pretende construir moradias provisórias para as pessoas que ficaram desabrigadas ou desalojadas em São Sebastião após as chuvas. “Vamos fazer a construção de moradias pro-

visórias [chamadas de vila de passagem]. Vamos construir uma moradia digna, provavelmente geminada, para aproveitar o máximo de área possível. Vamos mobilizar essas moradias e colocar parte dessas pessoas. Se tenho 12 mil metros quadrados [de terreno disponível], farei uma parte de vila de passagem e em outra começo uma construção habitacional”, explicou o governador.

Essas vilas de passagem, segundo Tarcísio, poderão ser viabilizadas “totalmente pela iniciativa privada” e serão permanentes, mas as pessoas viverão nelas de forma transitória. “É uma vila permanente, mas as pessoas não terão a propriedade dessas casas. Elas vão transitar por elas. E aí eu crio um fluxo”, explicou o governador. “Quando a pessoa for para a vila de passagem, ela saberá que o próximo passo é chegar a uma moradia [definitiva]”. Uma das empresas que poderá ajudar na construção dessas casas provisórias, adiantou o governador, é a Vale. O governo paulista, no entanto, ainda não deu uma previsão de prazo para que essas casas provisórias sejam construídas e possam ser habitadas.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitacional informou que o atendimento imediato às famílias de São Sebastião será feito por meio da oferta de auxílio-moradia. “Outras áreas para novos conjuntos habitacionais nas localidades atingidas estão sendo identificadas para ampliar a oferta de moradias. Também serão disponibilizadas cerca de 150 das 1.500 unidades habitacionais de um empreendimento feito com o apoio da secretaria, em parceria com a União em Bertiooga. O conjunto tem entrega programada para os próximos meses”, diz a secretaria em nota. (Agência Brasil)



**CESAR NETO**  
www.cesarneto.com

## CÂMARA (São Paulo)

Faltando 1 ano e 7 meses pra eleições paulistas 2024, por ora nenhum vereador se coloca de vice do deputado federal Boulos (PSOL), liderando levantamento da Paraná pesquisas

## PREFEITURA

Faltando 1 ano e 7 meses pra eleições paulistas 2024, por ora nenhum vereador se coloca de vice do prefeito Nunes (MDB), como ele se colocou de vice do Covas (PSDB) em 2020 ...

## de

... Nunes é candidato à reeleição, empatando com o ex-governador Rodrigo (PSDB que foi do Dória), ambos em 3º lugar, pelo levantamento da Paraná pesquisas. Em 2º lugar, do mesmo ...

## São Paulo

... levantamento da Paraná pesquisas, aparece o eterno pré-candidato Datena, comunicador (tv), que também não tem vereador se colocando como vice, até porque não deve ficar no PSC

## CONGRESSO (Brasil)

Faltando 1 ano e 7 meses pra eleições paulistas 2024, os deputados e deputadas federais Sales (PL), Tabata (PSB) e Kim (União) pintam timidamente no levantamento Paraná pesquisas

## PRESIDÊNCIA (Brasil)

Ex-presidente Bolsonaro (sócio preferencial no PL do Costa Neto) insinua que vai interferir diretamente em possíveis candidaturas dos familiares nas eleições (prefeituras ou 1 cadeira no Senado)

## PARTIDOS

Não é simples, nem fácil, retratar realidades regionais das quase 6 décadas do Movimento Democrático Brasileiro, partido que se formou ...

## POLÍTICOS

... pra combater a Aliança Renovadora Nacional, partido também com quase 6 décadas que deu sustentação aos governos militares entre março ...

## (Brasil)

... 1964 até março 1985). Acontece que existiram vários MDBs - por exemplo o do Quercismo em São Paulo - e várias Arenas em cada região do Brasil

## ANO 31

O jornalista Cesar Neto publica a coluna de política - cesarneto.com - na imprensa (Brasil) desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara SP) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia SP) como referencial das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

## Governador acompanha apresentação de novo trem das Linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda

O governador Tarcísio de Freitas participou na terça-feira (28) da apresentação do primeiro trem que atenderá as Linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda da CPTM. Ao todo, foram adquiridos 36 veículos para atender as duas linhas férreas. A projeção é que os testes comecem em breve e que todas as locomotivas estejam operacionais até o fim do primeiro semestre de 2024.

Até o fim deste ano, serão entregues 25 veículos - sendo sete ainda no primeiro semestre. Outras 11 composições chegarão nos primeiros meses do ano que vem.

“Serão feitos novos investimentos para melhorar a infraestrutura das Linhas 8 e 9 e vamos alcançar o objetivo, que é prestar um serviço de qualidade ao cidadão, porque ele merece isso. Vamos perseguir

isso incessantemente. Nós vamos melhorar a qualidade da mobilidade urbana em São Paulo”, afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

Os novos trens da Via Mobilidade, concessionária das Linhas 8-Diamante e 9-Rubi, foram adquiridos ao custo de R\$ 3,8 bilhões - parte dos investimentos previstos nos três primeiros anos da concessão. Cada trem é composto por

oito carros, totalizando 288 novas máquinas. A frota virá com melhorias tecnológicas e mecânicas a fim de otimizar as viagens dos usuários.

“Estamos acompanhando a consolidação destas ações que trazem mais oportunidades de investimento, emprego e irão facilitar a vida dos cidadãos”, pontuou o secretário de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini.

## Carnaval de Rua movimentado R\$ 2,9 bi na economia da capital

Com um público de 15 milhões de foliões durante os dias de festa, o Carnaval de Rua de São Paulo movimentou R\$ 2,9 bilhões na economia da cidade, segundo estimativa do Observatório de Turismo e Eventos, da São Paulo Turismo. Desse total, R\$ 1,2 bilhão foi movimentado por parte dos moradores da cidade e R\$ 1,7 bilhão de visitantes (da Grande SP, que não

pernoitam na cidade) e turistas do interior, outros estados e estrangeiros.

Segundo dados do Observatório de Turismo e Eventos, enquanto o morador da cidade gastou, em média, R\$ 102,37, para brincar o carnaval na capital paulista, os turistas vindos de outros estados - principalmente Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais - gastaram 17 vezes mais:

R\$ 1.792,37. Pesquisadores acompanharam o público entre 11 e 26 de fevereiro. Os estrangeiros, em número bem menor, gastaram individualmente mais: R\$ 2.336,67, 23 vezes mais que o morador da cidade.

Os gastos dos participantes do carnaval de rua são proporcionais à residência: morador da cidade gastam menos, sendo seguidos pelos residen-

tes da Grande São Paulo (média de R\$ 119,66), do interior do estado (R\$ 327,75) e assim sucessivamente.

De acordo com o Observatório de Turismo e Eventos, 81,18% dos participantes eram moradores da capital, seguidos por 9,11% da grande São Paulo, 4% do interior do paulista, 4,22% de outros estados e 0,5% de estrangeiros.

## SP oferece crédito com juro zero para prevenção e mitigação de riscos ambientais

Obra terá de ser classificada como empreendimento de mitigação, recuperação ou de prevenção a risco de desastres climáticos e ambientais. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Desenvolve SP, agência de fomento vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), viabilizou condições especiais de crédito de até R\$ 283 milhões - com

juro zero - para obras emergenciais nos municípios afetados pelas fortes chuvas que atingiram o Litoral Norte de São Paulo durante o Carnaval.

Com a retirada da taxa de juros da Linha Municípios Sustentáveis (LMS), as cidades atingidas pelas enchentes vão dispor de crédito sujeito apenas à incidência da Selic. O prazo total é de 120 meses com 12 meses de carência para

início do pagamento. Antes da situação emergencial, as taxas tinham acréscimo de 3% ao ano sobre a Selic.

A condição especial de crédito, sem juros, vale para os seis municípios que tiveram situação de calamidade pública decretada pelo governador Tarcísio de Freitas no dia 19 de fevereiro: São Sebastião, Caraguatatuba, Ilhabela, Ubatuba, Guarujá e Bertiooga.

Para que a obra pública possa contar com a linha excepcional LMS, terá de ser classificada como empreendimento de mitigação, recuperação ou de prevenção a risco de desastres climáticos e ambientais pela Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEP-DEC). Serão aceitas as operações contratadas, dentro dos requisitos pré-estabelecidos, até 31 de dezembro de 2023.

## Jornal O DIA S. Paulo

**Administração e Redação**  
AZ Editores de Jornais, Livros, Revistas Ltda  
Viaduto 9 de Julho, 180  
1º andar - Sala 12  
CEP: 01050-060  
Fone: 3258-1822

**Assinatura on-line**  
Mensal: R\$ 20,00  
Agência Brasil - EBC  
**Publicidade Legal**  
**Atas, Balanços e Convocações**  
Fone: 3258-1822

**Jornalista Responsável**  
Maria Augusta V. Ferreira  
Mtb. 19.548

**Periodicidade:** Diária  
**Exemplar do dia:** R\$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br  
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

# Gasolina subirá até R\$ 0,34 e etanol, R\$ 0,02 com reoneração parcial

A gasolina subirá até R\$ 0,34 nas bombas; e o etanol, R\$ 0,02 com a reoneração parcial dos combustíveis, disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Os valores consideram a redução de R\$ 0,13 para o litro da gasolina e de R\$ 0,08 para o litro do diesel anunciados mais cedo pela Petrobras.

Para manter a arrecadação de R\$ 28,88 bilhões prevista até o fim do ano caso as alíquotas dos combustíveis voltassem ao nível do ano passado, o governo elevará o Imposto de Exportação sobre petróleo cru em 9,2% por quatro meses para obter até R\$ 6,6 bilhões. Uma nova medida provisória foi editada ainda na terça-feira (28) para que os novos preços entrem em vigor a partir desta quarta (1º).

A nova medida provisória (MP) tem validade até o fim de junho. A partir de julho, informou Haddad, o futuro da desoneração dependerá do resultado da votação no Congresso. Caso os parlamentares não aprovem a MP, as alíquotas voltarão aos níveis do ano passado, com reoneração total.

No ano passado, o ex-presidente Jair Bolsonaro zerou as alíquotas do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para a gasolina, o etanol, o diesel, o biodiesel, o gás na-

tural e o gás de cozinha.

Em 1º de janeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a Medida Provisória 1.157, que previa a reoneração da gasolina e do etanol a partir de 1º de março e a dos demais combustíveis em 1º de janeiro de 2024.

Antes da desoneração, o PIS/Cofins era cobrado da seguinte forma: R\$ 0,792 por litro da gasolina A (sem mistura de etanol) e de R\$ 0,242 por litro do etanol. Entre as possibilidades discutidas entre o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, e a Petrobras, estão a absorção de parte do aumento das alíquotas pela Petrobras, porque a gasolina está acima da cotação internacional, e a redistribuição de parte das alíquotas originais da gasolina para o etanol.

Com a reoneração parcial, as alíquotas de PIS/Cofins, que hoje estão zeradas, subirão para R\$ 0,47 para o litro da gasolina e para R\$ 0,02 para o litro do etanol. Por força de uma emenda constitucional, a diferença dos tributos entre a gasolina e o etanol deve ficar em R\$ 0,45. O impacto para o consumidor ficará menor justamente porque a Petrobras usará parte do "colchão", reserva financeira constituída pela companhia porque a gasolina e o diesel estavam acima do

preço médio internacional, para absorver parte do aumento do impacto.

## Impacto fiscal

Haddad disse esperar que a petroleira pudesse reduzir o preço em ritmo maior que o anunciado. "Nossa expectativa era maior. Não se está discutindo a política de preços da Petrobras. Aguardamos a decisão da empresa sobre os preços dos combustíveis em março para decidir sobre a reoneração", explicou.

Em relação ao impacto sobre as contas públicas, o ministro disse que o compromisso assumido no início do ano para reduzir o déficit primário está mantido. "A meta estabelecida pelo Ministério da Fazenda em janeiro é de déficit inferior a 1% [do PIB]. E de ter um novo arcabouço fiscal aprovado para estabelecer o equilíbrio necessário para o país voltar a crescer", declarou Haddad. Com o aumento do imposto sobre as exportações de óleo cru, o governo continuará a reforçar o caixa com os R\$ 28,88 bilhões anunciados em janeiro.

O ministro também rejeitou as alegações de que a reoneração signifique aumento da carga tributária. "Não estamos pensando em aumento da carga tributária. Estamos pensando na recomposição do Orçamento em relação à receita e à despe-

sa, em manter a arrecadação e os gastos dentro da média histórica", declarou. Ele ressaltou que a tributação das exportações de petróleo impactará a Petrobras e as demais exportadoras de óleo cru em 1% do lucro do setor. "Esse valor [de 1%] está na medida provisória", destacou.

Haddad disse esperar que a medida ajude o Banco Central a reduzir os juros no futuro. Segundo ele, as taxas atuais estão altas e prejudicam a retomada da economia brasileira.

## Dívida dos estados

Anunciada para as 17h, a coletiva começou com 35 minutos de atraso. Antes de conceder a entrevista, Haddad foi ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reunir-se com o ministro Alexandre de Moraes. Os dois discutiram o acordo da dívida dos estados, do qual Moraes é relator no Supremo Tribunal Federal (STF).

O governo tenta uma forma de parcelar a compensação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para repor as perdas com a limitação das alíquotas sobre combustíveis, gás natural, energia, telecomunicações e transporte coletivo. Imposto administrado pelos estados, o ICMS incide sobre o consumo e é o tributo que mais arrecada no país. (Agência Brasil)

## Renda média real do trabalhador fecha 2022 com queda de 1%

O rendimento médio real do trabalhador brasileiro fechou o ano de 2022 em R\$ 2.715, valor 1% inferior ao registrado no ano anterior. O dado é da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), divulgada na terça-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De 2020 para 2021, a renda média do trabalhador já havia caído 7% ao passar de R\$ 2.949 para R\$ 2.743, uma perda de 7,9% em seu poder de compra em dois anos.

Mesmo assim, analisando-se apenas o último trimestre de

2022, quando o rendimento médio ficou em R\$ 2.808, houve ganhos para o trabalhador. A renda real cresceu 1,9% em relação ao terceiro trimestre do ano e 8,3% na comparação com o quarto trimestre de 2021.

A massa de rendimento real do trabalhador em 2022, a soma da renda de todos os trabalhadores, atingiu R\$ 261,3 bilhões, uma alta de 6,9% em relação a 2021. É o maior valor da série histórica iniciada em 2021. O recorde é resultado do aumento da população ocupada, já que o rendimento médio caiu no ano. (Agência Brasil)

## Trabalhador sem carteira assinada atingiu número recorde em 2022

A média anual de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada atingiu 12,9 milhões em 2022. O número é recorde para o indicador desde o início da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), em 2012. O número de pessoas nessa situação aumentou 14,9% em relação a 2021, quando havia 11,2 milhões de trabalhadores sem carteira assinada. Os dados foram divulgados na terça-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os trabalhadores por conta própria - formais ou informais - somaram 25,5 milhões no ano, altas de 2,6% em relação ao ano anterior e de 27,3% na comparação com 2012 - o menor patamar da série histórica.

A informalidade também atingiu um recorde em números absolutos: 38,8 milhões de trabalhadores. A pesquisadora do IBGE Adriana Beringuy disse que, mesmo assim, o mercado de trabalho em 2022 pode ser visto de forma positiva.

A população ocupada, por exemplo, atingiu recorde de 98 milhões de pessoas, e a taxa de desocupação ficou em 9,3%, o menor índice desde 2015. Os trabalhadores com carteira assinada também aumentaram em relação a 2021, apesar de em proporção menor àqueles sem carteira (9,2%). Cerca de 35,9 milhões de pessoas estavam nessa situação em 2022.

A própria taxa de informalidade, que é o percentual de informais dentro da população ocupada, caiu de 40,1% em 2021 para 39,6% em 2022.

"Diversas atividades ultrapassaram seu nível de ocupação pré-pandemia. É um ano de consolidação da recuperação do impacto que a pandemia da covid teve no mercado de trabalho brasileiro e mundial", disse Adriana Beringuy.

"Algumas questões ainda temos que monitorar, como a população fora da força de trabalho,

que ainda não conseguiu voltar ao nível pré-pandemia", acrescentou.

O número médio anual de trabalhadores domésticos atingiu 5,8 milhões, um crescimento de 12,2% em relação ao ano anterior.

Em relação aos setores que mais influenciaram o mercado de trabalho em 2022, os destaques ficam com os setores do comércio e dos serviços. O segmento de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas cresceu 9,4% no ano. Entre os serviços, houve crescimentos relevantes nos outros serviços (17,8%) e alojamento e alimentação (15,8%).

De acordo com o IBGE, o setor de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura foi o único com queda percentual da população ocupada (1,6%).

A média anual da taxa composta de subutilização foi estimada em 20,8%, redução de 6,4 pontos percentuais em relação a 2021, quando a taxa era estimada em 27,2%. Esse indicador foi de 28,2% em 2020, 15,1% em 2014 e 18,4% em 2012.

A média anual da população subutilizada (pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial) chegou a 24,1 milhões em 2022, 23,2% a menos do que em 2021.

Apesar dessa queda em relação a 2021, o patamar da subutilização está 54,7% acima do nível de 2014, que foi de 15,6 milhões.

A população desalentada diminuiu 19,9% em relação a 2021. Em 2022, havia 4,3 milhões de pessoas nessa situação, ou seja, queria trabalhar e estavam disponíveis mas não buscaram trabalho por vários motivos como não conseguiriam trabalho adequado; não tinham experiência profissional ou qualificação; não conseguiriam trabalho por serem considerados muito jovens ou muito idosos ou não havia trabalho na localidade. (Agência Brasil)

## Taxa média de desocupação em 2022 ficou em 9,3%, diz IBGE

O ano de 2022 terminou com uma taxa média de desocupação de 9,3%, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgados na terça-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa é inferior aos 13,2% registrados no fim de 2021.

Essa também é a menor taxa de desocupação desde 2015 (8,6%). A menor taxa da série histórica, iniciada em 2012, foi registrada em 2014 (6,9%).

Em relação à população desocupada média, o país totalizou 10 milhões de pessoas, queda de 3,9 milhões (-27,9%) em relação ao ano anterior. A população ocupada média no ano atingiu 98 milhões, 7,4% acima de 2021.

O nível médio de ocupação, ou seja, o percentual de pessoas em idade de trabalhar que estão efetivamente ocupadas, ficou em 56,6% em 2022, segundo ano de crescimento consecutivo depois de atingir o menor patamar em 2020 (51,2%).

Considerando-se apenas o último trimestre de 2022, a taxa de desocupação ficou em 7,9%, a menor taxa para um quarto trimestre desde 2014 (6,6%). No último trimestre de 2021, o indicador havia ficado em 11,1%. Já no terceiro trimestre de 2022, a desocupação atingiu 8,7%.

No último trimestre de 2022, a população desocupada chegou a 8,6 milhões de pessoas, quedas de 9,4% (menos 888 mil pessoas) ante o terceiro trimestre daquele ano e de 28,6% (menos 3,4 milhões de pessoas) ante o quarto trimestre de 2021.

A população ocupada atingiu 99,4 milhões de pessoas, estável em relação ao terceiro trimestre e com alta de 3,8% (3,6 milhões de pessoas) ante o último trimestre de 2021.

Já o nível da ocupação do trimestre ficou em 57,2%, igualando-se ao trimestre anterior (57,2%) e subindo 1,6 p.p. na comparação com o quarto trimestre de 2021 (55,6%). (Agência Brasil)

# Dívida Pública cai 3,07% em janeiro e fica em R\$ 5,76 trilhões

O grande volume de títulos prefixados em janeiro fez a Dívida Pública Federal (DPF) iniciar o ano com forte queda. Segundo números divulgados na terça-feira (28) pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 5,951 trilhões em dezembro para R\$ 5,769 trilhões no mês passado, com recuo de 3,07%.

Apesar da queda, o Tesouro prevê que a DPF subirá nos próximos meses. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado no fim de janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2023 entre R\$ 6,4 trilhões e R\$ 6,8 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) caiu 2,88%, passando de R\$ 5,698 trilhões em dezembro para R\$ 5,534 trilhões em janeiro. No mês passado, o Tesouro resgatou R\$ 216 bilhões em títulos a mais do que emitiu, principalmente em papéis prefixados (com juros fixos), que costumam vencer no primeiro mês de cada trimestre. A queda na DPMFi só não foi maior porque houve a apropriação de R\$ 51,77 bilhões em juros.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incor-

pora o valor ao estoque da dívida pública. Com a taxa Selic (juros básicos da economia) em 13,75% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo.

No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 84,56 bilhões em títulos da DPMFi. Com o alto volume de vencimentos em janeiro, os resgates somaram R\$ 315,30 bilhões.

No mercado externo, a queda do dólar em janeiro reduziu o endividamento do governo. A Dívida Pública Federal externa (DPFe) caiu 7,32%, passando de R\$ 264,72 bilhões em dezembro para R\$ 252,45 bilhões em janeiro. O principal fator foi o recuo de 2,27% do dólar no mês passado.

Após dois meses de alta, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) caiu em janeiro. Essa reserva passou de R\$ 1,176 trilhão em dezembro para R\$ 953 bilhões no mês passado. O principal motivo, segundo o Tesouro Nacional, foi a concentração de vencimentos em janeiro.

Atualmente, o colchão cobre 7,62 meses de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o venci-

mento de R\$ 1,418 trilhão em títulos federais.

O alto volume de vencimentos mudou a composição da DPF. A proporção dos papéis corrigidos pelos juros básicos subiu de 38,25% em dezembro para 40,49% em janeiro. O PAF prevê que o indicador feche 2023 entre 38% e 42%. Como esse tipo de papel voltou a atrair o interesse dos compradores por causa das recentes altas da Selic, a previsão é que o percentual volte a subir nos próximos meses.

Por causa da concentração de vencimentos, a fatia de títulos prefixados (com rendimento definido no momento da emissão) caiu, passando de 27,01% para 23,47%. O PAF prevê que a parcela da Dívida Pública Federal corrigida por esse indicador terminará o ano entre 23% e 27%.

O Tesouro tem lançado menos papéis prefixados, por causa da turbulência no mercado financeiro nos últimos meses. Esses títulos têm demanda maior em momento de estabilidade econômica.

A fatia de títulos corrigidos pela inflação na DPF subiu, passando de 30,26% para 31,74%. O PAF prevê que os títulos vinculados à inflação encerrarão o ano entre 29% e 33%.

definidos no momento da emissão, representaram 13,5%.

O estoque total do Tesouro Direto alcançou R\$ 105,7 bilhões no fim de janeiro, com aumento de 0,5% na comparação com o mês anterior (R\$ 105,1 bilhões) e de 30,6% em relação a janeiro do ano passado (R\$ 80,9 bilhões).

Quanto ao número de investidores, 540.601 novos participantes cadastraram-se no programa no mês passado. O número de investidores atingiu 23.023.837, alta de 35,9% nos últimos 12 meses. O total de investidores ativos (com operações em aberto) chegou a 2.096.907, aumento de 14,7% em 12 meses. No mês, o acréscimo foi de 32.289 investidores ativos.

A procura do Tesouro Dire-

to por pequenos investidores pode ser observada pelo considerável número de vendas até R\$ 5 mil, que corresponderam a 79,9% do total de 588.080 operações ocorridas em janeiro. Só as aplicações de até R\$ 1 mil representaram 56,2%. O valor médio por operação foi de R\$ 7.428,40.

Os investidores estão preferindo papéis de médio prazo. As vendas de títulos com prazo de 1 a 5 anos representaram 57,6% e aquelas com prazo de 5 a 10 anos, 30,8% do total. Os papéis de mais de 10 anos de prazo chegaram a 11,6% das vendas.

O balanço completo do Tesouro Direto está disponível na página do Tesouro Nacional na internet.

O Tesouro Direto foi criado em janeiro de 2002 para popu-

larizar a aplicação e permitir que pessoas físicas adquirissem títulos públicos diretamente do Tesouro Nacional, pela internet, sem intermediação de agentes financeiros. O aplicador só precisa pagar uma taxa para a corretora responsável pela custódia dos títulos.

Mais informações podem ser obtidas no site do Tesouro Direto.

A venda de títulos é uma das formas que o governo tem de captar recursos para pagar dívidas e honrar compromissos. Em troca, o Tesouro Nacional se compromete a devolver o valor com um adicional que pode variar de acordo com a Selic, os índices de inflação, o câmbio ou uma taxa definida antecipadamente no caso dos papéis prefixados. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

# CNJ abre processo disciplinar e afasta juiz Marcelo Bretas do cargo

## PF investiga grupo que extraiu 300kg de ouro em terras indígenas

A Polícia Federal deflagrou na terça-feira (28) a Operação Kukuaneland, com o objetivo de identificar e desarticular grupo que extraía, comercializava e exportava ouro obtido ilegalmente em reservas indígenas e unidades de conservação federal.

Os investigadores averiguam também suposta lavagem do dinheiro pela mesma organização criminosa. Estão sendo cumpridos cinco mandados de busca e apreensão nas cidades de Goiânia (GO) e Santos (SP). Os mandados foram expedidos pela Vara Única da Subseção Judiciária de Gurupi (TO).

Em nota, a PF informa que, para acobertar a extração ilegal (em terras indígenas e outros garimpos ilegais localizados em outros estados), os suspeitos emitiam "notas fiscais ideologicamente falsas da venda do ouro", graças à "posse de uma Permissão de Lavra Garimpeira (PLG), localizada em Natividade (TO).

Esse procedimento foi feito com o objetivo de viabilizar a venda "a instituições financeiras e

exportadoras". "Foi constatado que na PLG indicada não houve a lavra da quantidade de ouro declarada", complementa a PF.

Os investigadores estimam que o grupo lavou mais de R\$ 130 milhões, valor correspondente a cerca de 300 quilos de ouro puro.

"Os objetos apreendidos serão analisados visando à identificação de todas as pessoas que praticam a extração e o comércio ilegal de ouro. O trabalho se concentrará na identificação de todos os envolvidos e na recuperação do prejuízo sofrido pelos cofres públicos", diz a PF.

Se as ações criminosas forem comprovadas, os envolvidos responderão por crimes contra a ordem econômica – usurpação; realização de pesquisa/lavra/extração de recursos minerais sem autorização/permissão/concessão ou licença; lavagem de capital; falsidade ideológica; e organização criminosa.

Somadas, as penas podem chegar a 29 anos de reclusão. (Agência Brasil)

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu na terça-feira (28), por 11 votos a 4, afastar do cargo o juiz federal Marcelo Bretas, enquanto ele é investigado por supostas irregularidades na condução de processos. O magistrado foi responsável por casos da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro.

Bretas é alvo de três reclamações disciplinares no CNJ, que foram julgadas em conjunto na terça-feira (28). Por unanimidade, os conselheiros decidiram abrir processo administrativo

disciplinar (PAD) contra o magistrado.

As reclamações que resultaram no PAD são sigilosas e foram julgadas a portas fechadas. Somente os advogados de Bretas tiveram permissão para permanecer na sala.

Um desses processos diz respeito a uma reclamação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que alega ter havido irregularidades na negociação de acordos de delação premiada homologados pelo magistrado. Em proximidade com promotores,

ele teria negociado termos diretamente com advogados, diz a OAB.

Outro processo foi aberto pelo prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, que reclamou ter sido prejudicado intencionalmente por Bretas na eleição de 2018 para o governo do estado do Rio. Na ocasião o magistrado foi responsável por homologar delação premiada que envolvia Paes em um suposto esquema de propinas.

A terceira reclamação foi aberta pelo corregedor nacional

de Justiça, ministro Luís Felipe Salomão, que investiga possíveis irregularidades na prestação de serviços judiciais sob responsabilidade de Bretas.

O juiz Marcelo Bretas, por meio de seus advogados no processo, nega qualquer irregularidade.

Em 2020, Bretas teve aplicada contra si a pena de censura, em decorrência de sua superposição em dois eventos públicos da agenda do então presidente Jair Bolsonaro. (Agência Brasil)

## Mtur facilita crédito para empreendimento no litoral norte de SP

Portaria do Ministério do Turismo amplia o período de carência e o prazo para amortização de financiamento feito por empreendimentos turísticos de municípios do litoral norte de São Paulo atingidos por temporais e em estado de calamidade pública.

A proposta, de acordo com a pasta, é facilitar que empreendedores turísticos da região inscritos no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadas-tur) tenham acesso a R\$ 196 milhões disponíveis via Fundo Geral de Turismo.

A maior parte do montante - R\$ 152.675.484,78 - estará disponível para ser acessado junto à Caixa Econômica Federal. O

restante será operado pela Desenvolve-SP. Os recursos poderão ser utilizados para realização de obras, aquisição de bens e capital de giro.

Dados da pasta mostram que cidades como Guarujá, São Sebastião, Bertioga, Ilhabela, Ubatuba e Caraguatatuba contam com cerca de 2 mil prestadores de serviços turísticos regulares.

O texto define que financiamentos concedidos a empreendimentos situados nesses municípios poderão ser renegociados a fim de prorrogar seus períodos de carência e amortização em até seis meses.

No caso de obras, a carência pode chegar a 66 meses, o capi-

tal de giro, a 24 meses e a compra de equipamentos, a 18 meses.

Além disso, agentes financeiros poderão conceder o benefício da suspensão dos pagamentos dos financiamentos em amortização até o fim da vigência do decreto que considera o estado de calamidade pública.

Podem acessar o Fundo Geral de Turismo empreendimentos registrados no Cadastur, incluindo meios de hospedagem, agências de turismo, transportadoras turísticas, organizadoras de eventos, parques temáticos, acampamentos turísticos, restaurantes, cafeterias e bares.

"Com forte vocação para o

turismo, o litoral norte de São Paulo sofre, desde meados de fevereiro, com as intensas chuvas que resultaram em 65 vítimas fatais, desalojaram mais de 1.090 pessoas e desabrigaram 1.346 pessoas", destacou o ministro.

"Neste momento, o governo federal tem como prioridade absoluta a localização dos desaparecidos e o atendimento à população afetada. No entanto, para um segundo momento, o Ministério do Turismo entende ser crucial garantir condições de recuperação do setor de turismo, responsável pela geração de emprego e renda na região", completou. (Agência Brasil)

### ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

**EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO**  
Contrato 113684120755

Pelo presente edital e para ciência do(s) interessado(s), que se encontra(m) em lugar incerto e não sabido, ou ocultara(m)-se ou recusara(m) o recebimento, vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso de prazo para purgação de débito, dando prosseguimento a realização da hasta pública do IMÓVEL: RUA FRANKLIN DO AMARAL, Nº 1051, APARTAMENTO Nº 01, EDIFÍCIO TULPIA, BLOCO B, UMA VAGA INDETERMINADA E INDIVIDUAL, LOCALIZADA NO PAVIMENTO TERREO DO RESIDENCIAL ALTOS DE SANTANA, 8º SUBDISTRITO SANTANA, SÃO PAULO/SP.

Primeiro público leilão: 31/03/2023 a partir das 11:00 as 11:15 horas  
Segundo público leilão: 20/04/2023 a partir das 11:00 as 11:15 horas

Local: Em frente à agência da Caixa Econômica Federal – AG. ESTADOS UNIDOS – COD. 2887 - NA RUA ESTADOS UNIDOS, Nº 1898, JARDIM AMERICA, SÃO PAULO/SP.

Credor Hipotecário: EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA  
Mutuário(s):  
MARISA ARRUDA, BRASILEIRA, ASSISTENTE DE MARKETING, RG. Nº 10.246.883-SP, CPF: 003.736.548-71, SOLTEIRA, MAIOR e cônjuge, se casado(a) estiver.

2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilão.

Informações nos telefones 11-97334-6595. ENDEREÇO DO LEILOEIRO: Avenida Calim Eid, nº 2842, Sala 08, Vila Ré, São Paulo/SP. E-mail: fabianasilva@afdsp.com.br.

São Paulo, 01 de março de 2023  
HELIO JOSE ABDU - JUCESP 603.  
Leiloeiro Público Oficial  
SED 1234  
01/03, 02/03 e 03/03/2023

**FEDERACAO ESTADUAL DAS LIGAS E ESPORTE AMADOR DO ESTADO DE SAO PAULO**  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente Reginaldo Freire Brito, brasileiro no uso das suas atribuições, CONVOCA os membros associados e filiados da Organização da Sociedade Civil denominada **FEDERACAO ESTADUAL DAS LIGAS E ESPORTE AMADOR DO ESTADO DE SAO PAULO, CNPJ nº 45.414.771/0001-63** para a realização da Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 16/03/2023 às 19h00 min, em sua sede na: Rua Manuel Quirino de Mattos Nº 1852 casa 3, Bairro: Jardim Sapopemba, Cep 03969-000 Cidade: São Paulo, Estado SP para tratar do seguinte assunto: REFORMA DO ESTATUTO, ALTERAÇÃO ESTATUÁRIA. São Paulo, 01 de março de 2023.  
Reginaldo Freire Brito – Presidente

**Cooperativa de Trabalho das Costureiras, Bordadeiras e Confeccionistas da ZN de São Paulo.**  
COOPERCOB – CNPJ: 07.484.760/0001-60 CCM: 3.427.571-1  
Edital de convocação

A Cooperativa de Trabalho das Costureiras Bordadeiras e Confeccionistas da Zona norte de São Paulo, convoca todos os seus cooperados em condições de votar na Assembleia Geral ordinária que se realizará em sua sede, a rua sete cachoeiras nº94 Jardim Pery – São Paulo; às dezesseis horas do dia 24 de março de dois mil e vinte e três em primeira convocação ou em segunda convocação às dezesseis horas e trinta minutos com qualquer quórum com a seguinte pauta 1: - Apresentação do balanço financeiro 2022 e divisão das sobras; 2- Eleição do novo Conselho Fiscal para o período março-2023 / março-2024; 3- Saida e entrada de cooperados.  
ANASTÁCIA C. DE LIMA – Presidente.

**IMARIBO S/A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO**  
CNPJ/INF Nº 76.486.463/0001-77  
NIRE 4130001199-1

**Convocação para Assembleia Geral Extraordinária**  
Ficam os Senhores acionistas da **IMARIBO S/A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO**, convidados para participarem no dia 8 de março de 2023, às 08:00, de Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede da Companhia em Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Alfred Nobel, nº 635, Bairro CIC, CEP 81.170-280, para tratarem da seguinte ordem do dia em AGE: (i) Rerrratificação da cisão parcial da **IGUAÇU CELULOSE, PAPEL S/A** para a **IGUAÇU EMBALAGENS INDUSTRIAIS LTDA**, ocorrida em 1º de março de 2022; (ii) Outros assuntos de interesse da Companhia.  
Cumtiba: 28 de fevereiro de 2023.  
(Ass.) PAULO ROBERTO PIZANI

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
A Federação Paulista de Levantamento de Peso, neste ato representada por seu Presidente, a **Professora SANDRA CANDIDO CONRADO**, no uso de suas atribuições, em conformidade com as determinações estatutárias, convoca todas as entidades a ela filiadas, para participarem de reunião, que realizar-se-á no dia 18 de março de 2023, às 14:30 horas, em primeira chamada, com 2/3 das entidades filiadas e às 15:00 horas, em segunda chamada, com as entidades presentes, nas dependências do CT THE LIFTERS, sito à Rua da Contagem, 213, Vila da Saúde, São Paulo-SP, CEP 04446-100, para o fim de promover: 1- a realização de escrutínio para eleição da Diretoria para o quadriênio 2023/2026 e 2- a mudança da sede da FPLP, São Paulo, 24 de fevereiro de 2023. Sandra Candido Conrado – Presidente.

**EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0046580-16-2022.8.26.0100.** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). PAULA REGINA SCHEMPF CATTAN, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **SERGIO LAZARO NASCIMENTO NAHAT**, CPF 262.973.378-85, que por este Juízo tramita uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R\$ 80.714,08 (setem- bro/2022), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de fevereiro de 2023.

**EDITAL DE SEGUNDO E ÚLTIMO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO SÃO PAULO/SP**  
Data do leilão: 21/03/2023 - A partir das: 15:00 as 15:15 horas  
Local: Em frente à agência da Caixa Econômica Federal – AG. ESTADOS UNIDOS, COD. 2887 NARUAESTADOS UNIDOS, Nº 1898, JARDIM AMERICA, SÃO PAULO/SP. HELIO JOSE ABDU, Leiloeiro Oficial matrícula JUCESP 603, estabelecido a Avenida Calim Eid, nº 2842, Sala 08, Vila Ré, São Paulo/SP, telefone 11-97334-6595 e 11-2791-2274, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX\_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/66 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.  
A venda à vista, sem utilização de Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreritável de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.  
As vendas serão realizadas pelo maior lance.  
É vedada a participação de empregados e dirigentes da EMGEA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.  
As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.  
O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.  
Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

**SED: 1269 - Contrato: 318164053440 - CREDOR: EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - AGENTE FIDUCIÁRIO: COMPANHIA HIPOTECARIA PIRATINI- CHP DEVEDOR(ES): MARCOS VALERIO MORAIS DO NASCIMENTO, BRASILEIRO, AUTÔNOMO, RG. Nº 14.788.120-SP, CPF: 056.027.578-13, CASADO PELO REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, NA VIGÊNCIA DA LEI 6.515/77 COM LEONICE ANEQUIM NOVAIS DO NASCIMENTO, BRASILEIRA, DO LAR, RG. Nº 15.921.514-SP, CPF: 056.027.588-95. Imóvel sito à: AVENIDA SENADOR TEOTONIO VILELA, Nº 4029/4287, ESQUINA COM A AVENIDA DONA BELMIRA MARIN, APARTAMENTO Nº 21, DO TIPO B, LOCALIZADO NO SEGUNDO PAVIMENTO OU ANDAR DO PRÉDIO 3-B DO TIPO D, EDIFÍCIO CHILE, DO BLOCO 3, INTEGRANTE DO CONJUNTO DENOMINADO CONDOMINIO RESIDENCIAL NAÇÕES UNIDAS, NO SÍTIO PARELHEIROS, BAIRRO DO RIO BONITO, 32º SUBDISTRITO CAPELA DO SOCORRO, SÃO PAULO/SP. Com a área útil de 56,30m2, a área comum de 6,68m2, totalizando a área de 62,98m2, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,063177% no terreno condominial. COM TODAS AS SUAS INSTALAÇÕES, BENFEITORIAS, PERTENCES, ACESSORIOS E GARAGEM SE HOUVER.**

São Paulo, 01 de março de 2023  
HELIO JOSE ABDU - JUCESP 603.  
Leiloeiro Público Oficial  
01, 10 e 21/03/2023

**SED: 1405 - Contrato: 102350000206 - CREDOR: EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - AGENTE FIDUCIÁRIO: COMPANHIA HIPOTECARIA PIRATINI- CHP DEVEDOR(ES): ANA MARIA BARBOSA LIMA PEREIRA, BRASILEIRA, AUTÔNOMA, RG. Nº 18.436.930/SP, CPF: 060.221.948-57, CASADA SOB O REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, NA VIGÊNCIA DA LEI 6.515/77 COM ANDERSON JOÃO PEREIRA, BRASILEIRO, AUTÔNOMO, RG. Nº 16.299.603-2/SP, CPF: 056.096.548-66. Imóvel sito à: AVENIDA ENGENHEIRO JOSE SALLES, Nº 200, APARTAMENTO Nº 36, LOCALIZADO NO 3º ANDAR DO BLOCO B-5, DO CONJUNTO RESIDENCIAL PARQUE DOS PASSAROS, NO BAIRRO DE JABACAGUERA, 32º SUBDISTRITO CAPELA DO SOCORRO, SÃO PAULO/SP. Possuindo a área útil de uso exclusivo real de 71,65m2, a área comum real na garagem de 11m2, mais 56,4855m2, nas demais áreas comuns reais, totalizando 139,1355m2 de área construída, cabendo-lhe a fração ideal de 0,17857% no terreno. COM TODAS AS SUAS INSTALAÇÕES, BENFEITORIAS, PERTENCES, ACESSORIOS E GARAGEM SE HOUVER.**

São Paulo, 01 de março de 2023  
HELIO JOSE ABDU - JUCESP 603.  
Leiloeiro Público Oficial  
01, 10 e 21/03/2023



## BNT S.A.

CNPJ/ME nº 60.780.038/0001.56 – NIRE 35.300.021.436  
**Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária**

Ficam os acionistas da BNT S.A. (a Companhia) convocados a se reunirem presencialmente em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 31 de março de 2023, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Estados Unidos, nº 445, sala 1, Jardim América, CEP 01427-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) análise, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022; (ii) destinação do resultado do exercício. **Documentos à Disposição:** Acham-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 28 de fevereiro de 2023. **Rodrigo Jabra** – Diretor Presidente. (01, 02 e 03/03/2023)

## Berg-Steel S.A.

### Fábrica Brasileira de Ferramentas

C.N.P.J. Nº 44.209.294/0001-31 - NIRE Nº 353.000.271.52  
**Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária**

Convocamos os acionistas da Berg-Steel S/A Fábrica Brasileira de Ferramentas, sediada na Rua Princesa Isabel, nº 71, na cidade de Araras/SP, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (AGO), que será realizada em 17/03/2023, às 10 horas, na sede da Companhia, a fim de deliberarem: (i) exame, discussão e votação do relatório da administração, demonstrações financeiras e conta da administração relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022; (ii) destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração; (iv) definição da remuneração global dos administradores da Companhia; (v) deliberação sobre a instalação do Conselho Fiscal, eleição e remuneração global dos seus membros; (vi) outros assuntos de interesse social. Está à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, as cópias dos documentos elencados no artigo 133 da Lei nº 6.404/1976. Talitha Baggio Chiarelli - Presidente do Conselho de Administração. (01, 02, 03)

## LOGITEL S/A

CNPJ nº 03.430.070/0001-78 – NIRE nº 35.300.173.767  
**Assembleia Geral Ordinária**  
**Edital de Convocação**

Convocamos os acionistas a se reunirem na sede, Rua da Bica, 234 - Freguesia do O, SP, no dia **31 de Março de 2023**, às 10:00 horas, para deliberarem a seguinte Ordem do Dia: **a)** Exame e discussão do Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2022 e destinação do Lucro do Período; **b)** Distribuição de Dividendos; **c)** Análise e discussão da reserva de retenção de lucros, conforme proposta de orçamento da Diretoria da Companhia e **d)** Eleição da diretoria e fixação de honorários. Encontra-se à disposição dos Srs acionistas documentos referente ao artigo 133 da Lei 6.404/76.  
São Paulo, 28 de Fevereiro de 2023.  
**aa Geraldo A O Marques** - Diretor Presidente

**EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1023181-43.2019.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a) Adriana Cristina Paganini Dias Sarti, na forma da lei. etc. **FAZ SABER** a Eraldto Patrocínio dos Santos, CPF 857.000.964-04, que por este Juízo, tramita de uma ação de execução de Título Extrajudicial movida por (o) executado(a) OBJETIVO LTDA. Encontrando-se o(r) executado(a) em lugar incerto e não sabido, foi determinada sua **INTIMAÇÃO**, por edital, DA PENHORA realizada sobre as quantias bloqueadas pelo Sistema SISBAJUD, para se, caso, apresentar manifestação por simples petição 9CPC, arts. 525, § 1º, e 771, parágrafo único), no prazo de **15 dias**, iniciando-se a contagem a partir do presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de dezembro de 2022. 01 e 02/03**

## INTERCEMCO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 10.456.140/0001-22 - NIRE 35.300.392.647  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 9 de março de 2023, às 10h, na sede social da Companhia, na Avenida Nações Unidas, nº 12.495, 13º andar, Sala 7, Torre Nações Unidas - Torre A, Centro Empresarial Berrini, Brooklin, CEP 04578-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberarmos sobre o que se segue. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** aceitar a carta de renúncia do Vice-Presidente do Conselho de Administração, do **Sr. Fernando Augusto Carmago de Arruda Botelho**, datada de 06 de fevereiro de 2023; **(ii)** aceitar a carta de renúncia do atual Vice-Presidente do Conselho de Administração, do **Sr. André Pires Oliveira Dias**, datada de 14 de fevereiro de 2023; **(iii)** aprovar a eleição, como Vice-Presidente do Conselho de Administração, do **Sr. André de Almeida Rodrigues**, efetivamente a partir do dia 06 de fevereiro de 2023; **(iv)** aprovar a eleição, como Vice-Presidente do Conselho de Administração, do **Sr. Francisco José da Rocha Moinão**, efetivamente a partir do dia 14 de fevereiro de 2023; e **(v)** autorizar a administração da Companhia a adotar todas as providências necessárias para efetivar a deliberação ora aprovada. São Paulo, 27 de fevereiro de 2023  
**WILSON NELIO BRUMER** - Presidente do Conselho de Administração

## Companhia Acreana de Participações

CNPJ/ME nº 08.293.965/0001-21 - NIRE 35.300.333.268  
**Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas**

Ficam convocados os acionistas da Companhia Acreana de Participações, CNPJ nº 08.293.965/0001-21, localizada em São Paulo/SP, R. Casa do Ouro, 1117, 1º andar, sala 11, V. Olímpica, CEP 04546-004 ("Companhia") para se reunirem no dia 09 de março de 2023, 10hs, em AGE a ser realizada na sede da Companhia ("Assembleia"), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) aumento do capital social da Companhia em R\$ 17.635.000,00, mediante emissão de novas ações do tipo acionista **Valve Empreendimento Agrícola Ltda.**, sociedade empresarial limitada, em recuperação judicial, inscrita no CNPJ sob o nº 02.414.828/0001-28, com sede social no Município de Cortes, Estado de Pernambuco, na Rua Senador Antônio Farias, nº 01, Engenho Ilha de Flores, Zona Rural, CEP 55.525-000; e (ii) alteração e consolidação do artigo 5º do estatuto Social da Companhia, a fim de refletir o aumento do capital social da Companhia; (iii) outros assuntos de interesse da Companhia, tais como a autorização da lavratura da presente ata. A Administração da Companhia informa que a proposta da administração, acompanhada do laudo de avaliação da Companhia, está arquivada e disponível para consulta na sede da Companhia. **Instruções aos Participantes:** Para participar da Assembleia, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; (ii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista; ou (iii) se representado por seu inventariante, também a certidão de nomeação de inventariante atualizada. Para fins de melhor organização da Assembleia, a Companhia recomenda que cópia autenticada dos documentos acima seja encaminhada para o endereço eletrônico [amorim@grupoparparticipacoes.com.br](mailto:amorim@grupoparparticipacoes.com.br) ou protocolada na sede da Companhia, em qualquer caso com antecedência mínima de 48 horas da realização da Assembleia para validação. São Paulo, 27 de fevereiro de 2023. (01, 02 e 03/03/23)

**EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0116602-93.2021.8.26.0008. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatupá, Estado de São Paulo, Dr(a) Fábio Rogério Bogo Paleiro, na forma da lei. etc. Faz Saber a Rogério de Souza Borges (CPF: 033.465.528-53), que Rede D'Or São Luiz S/A lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R\$ 28.673,26 (dezoito de 2021), decorrente da prestação de serviços médicos hospitalares. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a partir dos 20 dias úteis, apresente o que considerar válido e presumir-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de janeiro de 2023. 01 e 02 / 03 / 23**

**COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL - 3ª VARA CÍVEL - Praça Joo Mendes s/nº - 12º andar - sala de atendimento nº 1204 - Centro - CEP 01501-900 - Fone: (11) 3539-9478 - E-mail: [up3cv@tjosp.jus.br](mailto:up3cv@tjosp.jus.br) - **EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS - PROCESSO Nº 102253-62.2020.8.26.0100. A MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dra. JULIANA KOGA GUIMARÃES**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER a GUARATUBA EMPREENDIMENTOS S/C LTDA**, CNPJ 51715365000133, que lhe foi proposta uma ação de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, por parte de **WALTER LUIZ DONHA e OUTROS**, para que, no prazo de 30 dias, lhes entregue a escritura definitiva do lote 06 da quadra II, do antigo Sítio Itaguapé, Praia de Guaratuba, Distrito de Bertioga/SP (contribuinte municipal: 98.100.006.000), sob pena de multa de até 10% sobre o valor do débito, além de custas processuais de R\$ 12,00 (doze reais), a serem pagas até o prazo de 15 dias, a contar da publicação do presente edital, sob pena de conversão da presente em perdas e danos, com caráter indenizatório. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que no prazo de 15 dias, que fluir após o curso do prazo do presente edital, apresente **RESPOSTA**. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado **CURADOR ESPECIAL**. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de fevereiro de 2023. 01 e 02/03**

### EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO

Contrato 81797000680

Pelo presente edital e para ciência do(s) interessado(s), que se encontra(m) em lugar incerto e não sabido, ou ocultara(m)-se ou recusara(m) o recebimento, vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso de prazo para purgação de débito, dando prosseguimento a realização da hasta pública do IMÓVEL: RUA LUIZ DE OLIVEIRA, Nº 260, APARTAMENTO Nº 23, BLOCO 5.6, EDIFÍCIO PRINCEPE EDUARDO, PORTAL DOS PRINCÍPEIS, 29º SUBDISTRITO SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP.

Primeiro público leilão: 31/03/2023 a partir das 11:00 às 11:15 horas  
Segundo público leilão: 20/04/2023 a partir das 11:00 às 11:15 horas

Local: Em frente à agência da Caixa Econômica Federal – AG. ESTADOS UNIDOS – COD. 2887 - NA RUA ESTADOS UNIDOS, Nº 1898, JARDIM AMERICA, SÃO PAULO/SP.  
Credor Hipotecário: EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA Mutuário(s):  
TARCISIO APARECIDO FONTES ROCHA, BRASILEIRO, CASADO, CONTABILISTA, RG. Nº 18.826.463-SSP/SP, CPF: 075.889.078-86.

2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilão.

Informações nos telefones 11-97334-6595. ENDEREÇO DO LEILOEIRO: Avenida Calim Eid, nº 2842, Sala 08, Vila Ré, São Paulo/SP. E-mail: [fabianasilva@afdsp.com.br](mailto:fabianasilva@afdsp.com.br).

São Paulo, 01 de março de 2023  
HELIO JOSE ABDOU - JUCESP 603.  
Leiloeiro Público Oficial  
SED 1297  
01/03, 02/03 e 03/03/2023

**RICARDO NAHAT**, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, **FAZ SABER** a todos que o presente edital virem e interessar possa que, por Luana Aparecida Pereira da Silva, foi lhe apresentado pela plataforma ONR, para registro, a escritura de 20 de janeiro de 2023 do 29º Tabelião de Notas da Capital-SP (livro 1.535/fts. 165/175), pela qual CARLOS ROBERTO PEROBELLI, RG nº 9.675.751-6-SSP/SP, CPF nº 014.346.638-09, e sua mulher ROSANA RIBEIRO BORGES PEROBELLI, RG nº 13.389.045-4-SSP/SP, CPF 041.311.838-03, brasileiros, casados no regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei nº 6.515/77, empresários, domiciliados nesta Capital, residentes na Avenida Jurucê, nº 655, apartamento 121, bloco A, Indianópolis, INSTITUIRAM EM BEM DE FAMÍLIA de acordo com os artigos 1.711 e seguintes do Código Civil Brasileiro, bem como de conformidade com a Lei 6.015/73, o imóvel consistente em UM APARTAMENTO nº 121, localizado no 12º andar, Torre A, integrante do empreendimento denominado Cyrela Essenza Moema, situado na Avenida Jurucê nº 655, no 24º Subdistrito – Indianópolis, 14ª Circunscrição Imobiliária desta Capital, com as áreas: privativa coberta 288,00m² (5,500m² referente ao depósito), comum 265,485m² (215,303m² coberta e 50,182m² descoberta), totalizando 553,485m², e uma área ideal no terreno de 0,2221030, cabendo-lhe o direito de uso de 05 vagas indeterminadas para veículos de passeio de pequeno porte, na garagem coletiva localizada nos subsolos, e ao depósito nº 25, incluso na área privativa, no 2º subsolo. Perfeitamente registrado sob o nº 02 na matrícula nº 223.015, em data de 21 de fevereiro de 2017, neste Registro. Pelo presente edital, fica avisado a quem se julgar prejudicado, que deverá dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste, na imprensa local, reclamar contra a aludida instituição, por escrito, perante o Oficial deste Registro Imobiliário, à Rua Jundiá nº 50, 7º andar, das 9 às 16 horas. São Paulo, 27 de fevereiro de 2023. 27.28/02 e 01/03/23

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DO DEVEDOR FIDUCIÁRIO JUAN BAUTISTA PERIS CAMPOS JUNIOR RG nº 41.916.187-9-SSP/TO, CPF/MF nº 366.356.958-69 JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, Segundo Oficial de Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, FAZ SABER**, a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi prenotado sob nº 505.940, em 24.08.2022, reapresentado em 08.02.2023, o Requerimento de 07 de fevereiro de 2023, feito pelo credor fiduciário o ITAU UNIBANCO S/A., inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04, objetivando a intimação pessoal do fiduciário JUAN BAUTISTA PERIS CAMPOS JUNIOR, RG nº 41916187-9-SSP/TO, CPF/MF nº 366.356.958-69, o qual se encontra em LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, conforme certificação DO 0º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica desta Capital, e, ante a previsão legal contida no parágrafo 4º do artigo 26 da Lei Federal nº 9.514/97, **FICA ELE INTIMADO A COMPARECER** neste Serviço Registral, situado na Rua Vitorino Carmilo, 576, de segunda a sexta-feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, pessoalmente ou por meio de seu representante legal, devidamente identificado, a fim de efetuar o pagamento das prestações em atraso e demais encargos contratuais, totalizando o débito até a data de 23/08/2022, o valor de R\$ 7.995,71, decorrente da Alienação Fiduciária de 30 de outubro de 2018 registrada no R.4 na Matrícula nº 131.587, referente ao APARTAMENTO nº 1410, localizado no 14º pavimento do Setor Residencial do CONDOMÍNIO "COSMOPOLITAN SANTA CEILIA", situado na Rua Helvetia nº 980, no 11º Subdistrito – Santa Cecília, e ao total acima serão acrescidas as custas, emolumentos e despesas com as tentativas de intimação pessoal do fiduciário, como também as despesas com publicação do presente Edital. Fica o FIDUCIANTE ciente de que, no dia imediatamente posterior ao da última publicação do presente Edital, será considerada como INTIMADO e terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do primeiro dia útil seguinte ao do aperseguimento da intimação, que se dará a partir da terceira publicação deste Edital, sendo que, recaído o termo final em sábado, domingo ou feriado, será prorrogado até o primeiro dia útil subsequente, para satisfazer os referidos pagamentos, em moeda corrente nacional ou por meio de cheque administrativo em nome do credor fiduciário. **ALERTA:** Decorrido o prazo para purgação da mora, a credora fiduciária restará a facultade de solicitar a CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA, conforme previsto no parágrafo 7º do artigo 26 do mesmo diploma legal. Para que surtam os efeitos legais da intimação sem que se possa alegar ignorância, o presente EDITAL está sendo publicado por 3 (três) dias em um dos jornais de maior circulação local e afixado na forma da lei. São Paulo, 25 de fevereiro de 2022. O FISCAL. 27.28/02 e 01/03/23

### Companhia Provincia de Securitização

CNPJ/ME nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547  
**Edital de Segunda Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 1ª Emissão da Companhia Provincia de Securitização**

Ficam os investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 1ª Emissão da Companhia Provincia de Securitização ("Títulos das CRA", "Emissão" e "Emissão", respectivamente), a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fidejuciatário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 7.2.2 do termo de securitização da Emissão ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada, em segunda convocação, aos **09 de março de 2023, às 15h30min**, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) decretar ou não o vencimento antecipado da *Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira*, emitida em 28 de junho de 2022 ("CPR-F") e, conseqüentemente, dos CRA, nos termos da cláusula 7.2, item (i) da CPR-F, em razão do descumprimento parcial de obrigação não pecuniária prevista na cláusula 10.2 (xx), item (a) do mesmo instrumento, tendo em vista que a Emissora recebeu as informações financeiras apenas no dia 10 de outubro de 2022, portanto, fora do prazo estabelecido de 60 (sessenta) dias corridos contados do término do semestre referente a cada exercício social, restando pendente também as assinaturas do contador e do diretor responsável pelo Balanete entregue, caso aprovado o item (i) acima e seja deliberado pelo não vencimento antecipado da CPR-F, e conseqüentemente, dos CRA, aprovar a concessão de prazo suplementar até o dia **01 de março de 2023**, para que o Devedor regularize as assinaturas pendentes no Balanete, cumprindo assim, integralmente, a obrigação prevista na cláusula 10.2 (xx), item (a) da CPR-F; (ii) decretar ou não o vencimento antecipado da CPR-F e, conseqüentemente, dos CRA, nos termos da cláusula 7.2, item (i) da CPR-F, em razão da não apresentação do Relatório de Auditoria conforme previsto na cláusula 10.2, item (xxiv) da CPR-F; (iii) caso aprovado o item (iii) acima e seja deliberado pelo não vencimento antecipado da CPR-F e, conseqüentemente, dos CRA, aprovar a prorrogação do prazo de entrega do Relatório de Auditoria para o dia **31 de dezembro de 2023**; Fica consignado que, em razão dos descumprimentos noticiados acima, será incluída a obrigação do Devedor realizar o pagamento a título de *waiver fee* no dia 28 de junho de 2023 ("Data de Pagamento da próxima PMT"), em percentagem a ser definida durante a realização da AEI na hipótese de inadimplência do pagamento pelo Devedor será concedido um prazo de cura de até **30 dias corridos** após a Data de Pagamento da próxima PMT, para regularização do pagamento. Escoda o prazo de cura sem a devida regularização, será convocada uma nova AEI para deliberar sobre o vencimento antecipado ou não da CPR-F. (iv) Aprovar a inclusão da seguinte cláusula no Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia e Outras Avenças, que tem a intenção de prevenir a possibilidade de celebração, em caráter preventivo, de penhor de safra em safra produzidas nas matrículas outorgadas em garantia perante o CRA: "5.2. Enquanto todas as obrigações garantidas não forem integralmente satisfeitas, os Fidejuciantes jamais poderão vender os Bens Imóveis Alienos Fiduciariamente, ou de qualquer outra forma aliená-los, prometê-los ou cedê-los em favor de quaisquer terceiros interessados na aquisição dos Bens Imóveis Alienos Fiduciariamente. Ainda, os Fidejuciantes não poderão instituir qualquer espécie de ônus ou gravame sobre os bens móveis pertencentes aos Bens Imóveis Alienos Fiduciariamente, incluindo, mas não se limitando, o penhor de safra, sem a prévia e expressa autorização do Credor. Eventual penhor de safra poderá ser autorizado com a prévia e expressa autorização do Credor, sem a necessidade de convocação de Assembleia de Titulares de CRA, desde que (i) o Devedor esteja adimplente com todas as Obrigações Garantidas, (ii) o penhor de safra pretendido não tenha duração maior do que 12 (doze) meses"; (v) autorizar a Emissora e o Agente Fidejuciatário a praticarem todos os atos necessários e/ou convenientes ao aperseguimento, efetivação, formalização e implementação dos itens acima, se aprovados. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares do CRA da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet (<https://provinciasecuritizadora.com.br/>) e (ii) na página da Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A."). As procurações, atos, boletins, atas, balanetes, atas de reunião, atas de Assembleia Especial de Investidores e demais documentos que comprovem a representação do Titular do CRA, incluindo mas não se limitando a contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos [asmembliasecuritizadora@provinciasecuritizadora.com.br](mailto:asmembliasecuritizadora@provinciasecuritizadora.com.br) e [asmembliasecuritizadora@oliveira-trust.com.br](mailto:asmembliasecuritizadora@oliveira-trust.com.br). Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial de investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 01 de março de 2023. **Companhia Provincia de Securitização** - Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores.

**EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1113315-19.2019.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 37ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a), Patrícia Martins Conceição, na forma da lei. etc. **FAZ SABER a MARIACAROLINA DONATO KASSAB**, RG 14.775.796-4, CPF: 424.483.598-65, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte do Sociedade Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo – SUPEIRO, objetivando a cobrança de R\$ 37.268,57 (trinta e sete mil e vinte e oito reais), decorrente do não pagamento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2015. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluir após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (isentado de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de constituir-se no pleno direito do título executivo judicial, convertendo-se o mandato inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de janeiro de 2023. 01 e 02/03**

**EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0020589-38.2022.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 34ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a), Adriana Sachsis Garcia, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER a Young Jae Lee**, CPF 089.506.218-60, que por este Juízo tramita uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Sociedade Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo e seu sócio, para que o executado pague a quantia de R\$ 21.713,90 (atualizado até maio de 2022), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (art. 523, parágrafos, do CPC). Fica ciente, ainda, que nos termos do art. 525, do CPC, transcrito o período acima indicado sem o pagamento voluntário, iniciada-se o prazo de 15 dias para que o executado, independentemente de penhora ou não, apresente o crédito dos exequentes, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Será nomeado curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de fevereiro de 2023.**

**EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1020262-86.2016.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a), Juliana Pitelli da Guita, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER a(o) NILTON BATISTA GONCALVES JUNIOR**, Herdeiro, Brasileiro, CPF 342.854.878-70, com endereço à Rua Saudades, 13, Jardim Santa Cecília, CEP 07123-470, Guarulhos - SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial, por parte de Banco Itaú S.A., com a seguinte finalidade: Objeto da Ação: Cédula de Crédito nº 30410-420832057, valor R\$ 36.208,45, aquisição de veículo Ford Fiesta, placa NZM7834. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou, em 15 dias, embargue ou reconhea o crédito dos exequentes, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Será nomeado curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de setembro de 2022.**

### EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO

Contrato 110864085441

Pelo presente edital e para ciência do(s) interessado(s), que se encontra(m) em lugar incerto e não sabido, ou ocultara(m)-se ou recusara(m) o recebimento, vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso de prazo para purgação de débito, dando prosseguimento a realização da hasta pública do IMÓVEL: RUA ROLANDO MARIO RAMACCIOTTI Nº 111 NAO OFICIAL, CASA Nº 19, SITUADA A RUA UM, INTEGRANTE DO CONJUNTO RESIDENCIAS PARQUE DO CARMO, JARDIM DAS CARMELITAS, 38º SUBDISTRITO VILA MATILDE, SÃO PAULO/SP. Primeiro público leilão: 31/03/2023 a partir das 11:00 às 11:15 horas  
Segundo público leilão: 20/04/2023 a partir das 11:00 às 11:15 horas

Local: Em frente à agência da Caixa Econômica Federal – AG. ESTADOS UNIDOS – COD. 2887 - NA RUA ESTADOS UNIDOS, Nº 1898, JARDIM AMERICA, SÃO PAULO/SP.  
Credor Hipotecário: EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA Mutuário(s):  
SERGIO RICARDO SIDORCO, BRASILEIRO, ENCARREGADO DE CONTAS A PAGAR, RG. Nº 13.930.868-SSP/SP, INSCRITO NO CPF: 038.075.448-79 E SUA MULHER ARLENE APARECIDA DE ASSIS SIDORCO, BRASILEIRA, CIRURGIÁ DENTISTA, RG. Nº 13.969.946-SSP/SP, CPF: 089.202.728-24.

2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilão.

Informações nos telefones 11-97334-6595. ENDEREÇO DO LEILOEIRO: Avenida Calim Eid, nº 2842, Sala 08, Vila Ré, São Paulo/SP. E-mail: [fabianasilva@afdsp.com.br](mailto:fabianasilva@afdsp.com.br).

São Paulo, 01 de março de 2023  
HELIO JOSE ABDOU - JUCESP 603.  
Leiloeiro Público Oficial  
SED 886  
01/03, 02/03 e 03/03/2023

### EDITAL DE SEGUNDO E ÚLTIMO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO SÃO PAULO/SP

Data do leilão: 21/03/2023 - A partir das 15:00 às 15:15 horas  
Local: Em frente à agência da Caixa Econômica Federal – AG. ESTADOS UNIDOS, COD. 2887 NA RUA ESTADOS UNIDOS, Nº 1898, JARDIM AMERICA, SÃO PAULO/SP. HELIO JOSE ABDOU, Leiloeiro Oficial matrícula JUCESP 603, estabelecido a Avenida Calim Eid, nº 2842, Sala 08, Vila Ré, São Paulo/SP, telefone 11-97334-6595 e 11-2791-2274, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fidejuciatário do EX\_BNH, venderá na forma da lei nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/66 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis mediante descrições para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista, sem utilização de Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

As vendas serão realizadas pelo maior lance.  
É vedada a participação de empregados e dirigentes da EMGEA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.  
As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.  
O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.  
Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.  
SED: 1138 - Contrato: 116084155643 - CREDOR: EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - AGENTE FIDUCIÁRIO: COMPANHIA HIPOTECARIA PIRATINI – CHP DEVEDOR(ES): EURICO FARIAS DE BRITO, BRASILEIRO, ANALISTA, RG. Nº 35.480.653-1-SP, CPF: 274.610.558-60, CASADO PELO REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, NOS TERMOS DA LEI 6.515/77 COM ADRIANA BARBOSA RIBEIRO BRITO, BRASILEIRA, DO LAR, RG. Nº 24.803.408-X-SP, CPF: 130.005.248-19. Imóvel sito à: RUA CINCO DE OUTUBRO, Nº 486, AMERICANÓPOLIS, 42º SUBDISTRITO JABAQUARA, SÃO PAULO/SP. Um prédio residencial com a área total de 185,51m² e seu respectivo terreno, constituído de parte do lote 13 da quadra 14, da planta 11 (de Americanópolis, no 42º subdistrito Jabaquara, distante 115,00m da Rua Muzambinho e situa-se no lado esquerdo de quem dessa rua se dirige para a Rua Charles Hoyt, antiga Rua César Blerrenbach, medindo 5,00m de frente por 51,00m da frente aos fundos, do lado direito, confrontando com o lote 14; 52,00m do lado esquerdo, confrontando com a outra parte do lote 13, e 5,50m nos fundos, onde confronta com córrego existente, encerrando a área de 260,00m2. COM TODAS AS SUAS INSTALACOES, BENEFICÍCIOS, PERTENCES, ACESÓRIOS E GARAGEM SE HOUVER.

São Paulo, 01 de março de 2023  
HELIO JOSE ABDOU - JUCESP 603.  
Leiloeiro Público Oficial

01, 10 e 21/03/2023

São Paulo, 01 de março de 2023  
HELIO JOSE ABDOU - JUCESP 603.  
Leiloeiro Público Oficial

01, 10 e 21/03/2023

# Governo reinstala Conselho Nacional de Segurança Alimentar

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reinstalou na terça-feira (28) o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), desativado no início da gestão anterior, em 2019. O colegiado é um órgão de assessoramento da Presidência da República e um espaço institucional para a participação e o controle social na formulação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e combate à fome.

“Combater a fome é uma coisa muito séria. Porque é verdade que se nós produzimos alimentos demais nesse país e tem gente com fome, significa que alguém está comendo mais do que deveria comer para que o outro comesse um pouco; significa que estamos desperdiçando alimentos entre a produção e o consumo; significa que alguma coisa está errada, e a mais errada é que as pessoas não têm dinheiro para comprar o que comer”, disse Lula, durante cerimônia no Palácio do Planalto.

O presidente assinou o decreto que atualiza o funcionamento do Consea e da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), que será composta por 24 ministérios. Na nova configuração do governo federal, o Consea integrará a estrutura da Secretaria-Geral da Presidência.

Lula anunciou que pediu ao Ministério do Desenvolvimento Agrário a discussão de programas para incrementar a produção de alimentos e da volta da política de preço mínimo para evitar prejuízos aos trabalhadores do campo.

“Vamos garantir que, se as pessoas produzirem em excesso, o governo vai comprar esse alimento para distribuir onde precisar. Vamos tentar fazer uma grande discussão, não só

com agricultura familiar, mas temos 4,6 milhões de propriedades com menos de 100 hectares, e precisamos chamar essa gente para aumentar a produção de alimentos saudáveis”, definiu o presidente, destacando que a obesidade e o consumo de alimentos industrializados também é um problema a ser combatido no país.

Também foram reempossados hoje, para mandato de 2 anos, os conselheiros e a presidente do Consea, a nutricionista e pesquisadora Elisabetta Recine, que compunham o colegiado quando foi desativado, em janeiro de 2019.

O decreto com a recomposição do conselho foi publicado na segunda-feira (27) em edição extra do Diário Oficial da União.

A presidente do Consea, Elisabetta Recine, defendeu que é preciso articular políticas de combate à fome, à pobreza, à obesidade e à crise climática, aumentar a renda e gerar emprego para a população, valorizando o salário mínimo e garantir terra e território para um desenvolvimento humano mais justo e igualitário no país.

“O Consea é guardião da comida de verdade. Estamos comprometidos com o fim da fome no país. Aprendemos com o que conquistamos e com o que perdemos nesses anos. A erradicação da fome e garantia da alimentação saudável requer o enfrentamento das desigualdades de gênero e de raça, a produção de comida de verdade, produzida pela agricultura familiar, por povos indígenas, por quilombolas, por povos e comunidades tradicionais, que têm a base agroecológica e respeita a cultura alimentar e a natureza”, destacou a pesquisadora.

O colegiado já inicia os trabalhos na tarde desta terça-feira e, entre os primeiros atos, está a convocação de uma con-

ferência, que deve acontecer até o fim deste ano. A quinta e última edição foi realizada em 2015, em Brasília, com o tema “Comida de Verdade, no Campo e na Cidade”. Em novembro de 2018, o Consea aprovou a convocatória da sexta conferência, que deveria ter sido organizada pelo governo federal em 2019, o que não aconteceu devido à sua desativação.

Segundo Elisabetta, também será dada uma atenção especial à situação do povo yanomami para que o Consea possa se apropriar das estratégias que estão em andamento e possam se inserir na busca de soluções para a população indígena.

A presença do garimpo ilegal no Território Yanomami, em Roraima, causou uma crise humanitária na região, mais visível no estado de saúde delicado de crianças e idosos, que sofrem com a desnutrição e outras doenças evitáveis.

## Histórico

Criado em 1993 pelo então presidente Itamar Franco, o Consea foi revogado dois anos depois e substituído pelo programa Comunidade Solidária, na gestão de Fernando Henrique Cardoso. Em 2003, Lula restabeleceu o Consea, que acabou sendo desativado no início do governo de Jair Bolsonaro.

Para a Secretaria-Geral da Presidência, a volta do Brasil ao Mapa da Fome das Nações Unidas é apontada como uma das mais drásticas consequências

do desmonte de políticas promovido nos últimos quatro anos nessa área.

A pasta destaca que, em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome ao reduzir em 82% a população de brasileiros considerados em situação de subalimentação. “O reconhecimento internacional foi resultado de políticas públicas adotadas, desde 2003, pelos governos Lula e Dilma Rousseff, com forte atuação do Consea”, disse a pasta.

Segundo levantamento de 2022, da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer no país e mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau, seja leve, moderado ou grave.

Após o encerramento do Consea, também houve o esvaziamento de recursos para programas como o Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), o Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Nacional de Apoio à Agricultura Familiar, entre outros.

Para o ministro da Secretaria-Geral, Marcio Macêdo, de todos os problemas do país, o combate à fome é “o mais revoltante, vergonhoso e criminoso”. “Revoltante porque somos um dos maiores produtores mundial de alimentos, com terras e clima destinados e desenhados para a agropecuária sustentável; porque temos recur-

sos mais que suficiente para garantir a segurança alimentar e nutricional do nosso povo e ainda assim temos milhões de pessoas passando fome nesse momento no Brasil. Vergonhoso porque o presidente Lula já tinha tirado, como o Consea, o Brasil do Mapa da Fome e estruturado o maior programa de segurança alimentar do mundo. Criminoso porque nega a uma parcela considerável do povo, o direito humano à alimentação saudável, à segurança alimentar e nutricional sustentável e, em última análise, o direito à vida”, disse em seu discurso, Marcio Macêdo.

Durante os últimos anos, mesmo com a extinção do Consea, o colegiado de presidentes de conselhos estaduais de Segurança Alimentar e movimentos sociais continuaram dando sustentação para o que o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) não regressasse ainda mais. Uma das iniciativas mais abrangentes foi a criação, em 2019, da Conferência Popular por Direitos, Democracia, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, encabeçada por mais de duas dezenas de organizações.

## Mobilização

Entre as propostas que surgiram no Consea, e se tornaram políticas públicas, estão a inclusão do direito à alimentação na Constituição; a aprovação da Lei Orgânica e do Plano Nacional de Segurança Ali-

mentar e Nutricional; do Plano Safra da Agricultura Familiar; da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; do Programa de Aquisição de Alimentos; e das compras institucionais de alimentos da agricultura familiar para escolas e outros órgãos públicos.

O Consea é composto por dois terços de representantes da sociedade civil, que atuam em caráter voluntário, e um terço de representantes governamentais. No caso da sociedade civil, por exemplo, são entidades representativas de agricultores familiares, pescadores, povos e comunidades tradicionais, mulheres camponesas, catadores de materiais recicláveis, pesquisadores, defensores dos direitos de crianças e consumidores, representantes de pessoas com necessidades alimentares especiais, população negra, povos indígenas e outros.

Pelo governo federal, participam os ministérios e secretarias que lidam diretamente com a agenda da alimentação e nutrição.

No espaço de discussões das plenárias e das conferências do Consea, os conselheiros têm a oportunidade de compartilhar conhecimento e apresentar soluções em defesa de uma alimentação produzida por meio do acesso e manejo adequado dos recursos naturais, respeitando a sociobiodiversidade e as diferenças culturais. (Agência Brasil)

## No Senado, Kerry discute pauta ambiental e parcerias com o Brasil

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), recebeu na terça-feira (28) o enviado especial dos Estados Unidos para o clima John Kerry e a embaixadora norte-americana no Brasil, Elizabeth Balgkey. Entre os temas discutidos no encontro Pacheco destacou mudanças climáticas e transição energética.

Segundo o senador, Kerry ouviu que existe hoje no país uma consciência efetiva da sociedade e das instituições de que o combate ao desmatamento ilegal das florestas brasileiras deve ser uma prioridade e que Brasil precisa que focar na transição energética pra valorizar combustíveis e a energia renovável.

“Foi um encontro muito positivo de alinhamento de estabelecimento, de parcerias e coloquei o Senado Federal e o Con-

gresso Nacional à disposição dessa colaboração com o Executivo do Brasil e dos Estados Unidos nesse propósito de alinharmos as ações efetivas. Então existe uma consciência do que precisa ser feito agora e contamos com a colaboração de diversos países da comunidade internacional e a manifestação de apoio dos Estados Unidos ao Brasil nesse sentido, inclusive com a alocação de recursos do Fundo Amazônia, obviamente que tudo isso é muito bem-vindo”

Na prática, por parte do Executivo, Pacheco acrescentou que é preciso haver foco contra o desmatamento ilegal da Amazônia e de florestas, além da efetividade nas ações de polícia, de fiscalização e controle. Outro ponto defendido pelo presidente do Senado foi o envolvimento da sociedade, com o pagamento de

serviços ambientais para estimular as comunidades a preservarem o meio ambiente.

Sobre a parte que cabe ao Legislativo, Pacheco citou o aprimoramento das leis. Segundo ele, o Brasil tem leis boas em matéria ambiental, mas que “infelizmente” são descumpridas, como a lei dos crimes ambientais.

O presidente do Senado defendeu ainda que a Comissão de Assuntos Econômicos se aprofunde no tema do mercado de crédito de carbono e que a Casa aprecie um projeto de licenciamento ambiental que defina qual o modelo de regularização fundiária será adotado no país.

“São marcos legislativos importantes que nós vamos discutir, mas sempre com esse viés de que o envolvimento econômico precisa necessariamente se submeter a

uma realidade de preservação ambiental. Então é esse trabalho nós vamos fazer com bastante prioridade no Senado”, adiantou.

No início da manhã, o envio do especial norte-americano também se reuniu com os senadores Nelsinho Trad (PSD-MS), Tereza Cristina (PP-MS), Espiridiano Amin (PP-SC), Izalci Lucas (PSDB-DF) e Mecias de Jesus (Republicanos-RR) para discutir medidas de combate ao desmatamento no Brasil.

Trad é o atual presidente do Parlamento Amazônico que foi estabelecido pela Declaração da Amazônia, de 1989. O objetivo do Parlamaz, como é conhecido, é assegurar a ação conjunta e concertada para a preservação dos direitos da Amazônia e para a promoção do desenvolvimento na região. (Agência Brasil)

## Pacheco vai debater CPI dos atos golpistas com líderes do Senado

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse na terça-feira (28) que submeterá ao Colégio de Líderes a proposta de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os atos antidemocráticos ocorridos em 8 de janeiro deste ano.

O pedido de abertura da CPI foi apresentado na legislatura

anterior pela senadora Soraya Thronicke (União-MS), e obteve número de assinaturas suficientes para instalação.

De acordo com Pacheco, é preciso verificar com os senadores se manterão as assinaturas ao requerimento, já que é uma proposta da legislatura passada, encerrada no dia 1º de fevereiro.

“Precisamos consultar os

senadores sobre manutenção e ratificação das assinaturas, porque houve mudança de legislatura. Havendo essa ratificação, será feita leitura do requerimento no plenário”, disse Pacheco em vídeo divulgado pelo Senado.

Com a mudança de legislatura, alguns senadores encerraram o mandato e outros continuarão por mais quatro anos.

“Não há nenhum tipo de demora por parte da presidência do Senado, porque sequer houve oportunidade de uma sessão para a leitura acontecer”, disse o senador.

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), solicitou a Pacheco que informe sobre a criação da CPI. (Agência Brasil)

## Alexandre de Moraes decide soltar mais 173 presos por atos golpistas

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu libertar 173 pessoas presas em decorrência dos atos golpistas de 8 de janeiro, quando as sedes dos Três Poderes foram depredadas por vândalos inconformados com o resultado da eleição presidencial.

As solturas foram determinadas em uma série de despachos dentro de um processo sob sigilo de relatoria de Moraes. O Supremo confirmou que as de-

cisões ordenam a soltura imediata desses presos. O ministro entendeu que as condutas dessas pessoas foram menos graves, não sendo elas financiadoras ou executoras principais dos atos, e que por isso elas podem responder à denúncia a partir de seus estados de origem.

Nesses casos, Moraes decidiu substituir a prisão preventiva por outras medidas cautelares, como uso de tornozeleira eletrônica, cancelamento de passaporte, proibição de sair de

casa à noite e aos fins de semana, cassação de qualquer registro para posse ou porte de armas, proibição de se comunicar com outros investigados e apresentação semanal a um juiz.

De acordo com as decisões, estão autorizados a voltar para suas casas presos de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

“Na análise dos casos, o ministro avaliou que a maioria tem a condição de réu primário e filhos menores de idade, além de já terem sido denunciados pela Procuradoria Geral da República por incitação ao crime e associação criminosa”, disse o Supremo, em nota.

Com as decisões, cerca de 800 das mais de 1,4 mil pessoas presas em Brasília ainda permanecem no sistema penitenciário do Distrito Federal. (Agência Brasil)

## Advogado do Consumidor & Cidadão Consciente

### Conheça seus Direitos

### STJ: Seguradora deve fornecer insumos para tratamento home care

Por Nicholas Maciel Merlone

Direito à Saúde

Conforme a Constituição da OMS (Organização Mundial da Saúde), de 1946, a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade.

De acordo com o artigo 6º da nossa Constituição brasileira, o direito à saúde se trata de um direito social. Nos termos do artigo 196, da mesma Carta Maior, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

O direito à saúde tem tripla dimensão. Primeiro, subjetiva ou individual, concernente ao ser humano. Segundo, objetiva ou social, no contexto coletivo. Terceiro e último, desenvolvimentista, ou seja, voltado para o desenvolvimento humano, social e econômico.

Planos de Saúde...

STJ: Seguradora deve fornecer insumos para tratamento home care

De acordo com a 3ª turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça), para evitar a permanência no hospital, se admite o home care, mas a operadora tem de custear os insumos necessários.

Os magistrados conheceram e proveram o recurso da Autora para que seja fornecido à idosa os insumos necessários para a continuidade do tratamento de saúde nos limites da diária do hospital.

Fonte: Migalhas.

Nicholas Maciel Merlone - Membro do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) | Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor.

Instagram: @nicholasmerlone / C o n t a t o : nicholas.merlone@gmail.com

